

Assunto: IPTU e apropriação indébita	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 14/02/2014
Editoria: EDITORIAL	Seção: cartas à redação

DIÁRIO de PERNAMBUCO

IPTU e apropriação indébita

Ano passado, paguei IPTU em parcela única, com absurdo aumento. Embora tenha conseguido liminar na Justiça, revogando tal majoração, recebi novamente o IPTU 2014 sem a restituição de que paguei a mais em 2013, além de valor aumentado ilegalmente como no ano passado. A Prefeitura de Recife devia respeitar o cidadão e a Justiça, devolvendo quantia recebida a mais, devidamente corrigida, e cobrar corretamente o IPTU de 2014 conforme decisão judicial proferida, e não continuar praticando apropriação indébita. Alô alô, Geraldo Julio, cadê você?

JOÃO GUILHERME - Recife

Assunto: Superlotação do sistema prisional do Estado

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 14/02/2014

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

À espera de novas vagas

Quatro novas unidades prisionais estão em construção, mas não serão suficientes para acabar totalmente com o déficit no estado

RAPHAEL GUERRA
REBECCA SILVA
urbana.pe@dabr.com.br

Proposta criada em 2006, a transferência dos detentos e a desativação das penitenciárias Agroindustrial São João e Barreto Campelo, ambas na Ilha de Itamaracá, ainda não está definida pelo governo do estado. Ao todo são 3.765 homens que se aglomeram em cubículos ou galpões precários, cujos espaços para cada presidiário é delimitado por lençóis pendurados em varais. Quatro novas unidades estão em construção, mas também não serão suficientes para acabar com o problema da superlotação do sistema prisional no estado. Atualmente o déficit é de 19.467 vagas. Uma situação constantemente denunciada pelo Ministério Público e representantes dos direitos humanos.

"Rebeliões são uma resposta à situação que vivem os presos pernambucanos. São necessárias mudanças no tratamento humanitário. As unidades estão superlotadas e os detentos sem acompanhamento dos processos. O problema é em todo o estado", criticou o pa-



WAGNER OLIVEIRA/ DP/D.A PRESS

“

O problema não é só do governo. É preciso realizar um mutirão para buscar soluções para a superlotação”

Henrique Reynaldo, presidente da OAB - Seccional Pernambuco

dre Wilmar Gama, integrante da Pastoral Carcerária. Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco, Pedro Henrique Reynaldo, classificou a rebelião de ontem como a "crônica de uma morte anunciada". Para ele, o fato é uma constatação de que a sociedade deve cobrar melhorias. "Mas o problema não é só do governo. É do Poder Judiciário, do Ministério Público, da OAB. Os órgãos precisam realizar um mutirão para buscar soluções e acabar com a superlotação", disse. A PAISJ passou por vistoria na OAB na segunda-feira e foram constatadas superlotação e insatisfação com a comida.

As unidades de Santa Cruz do

Capibaribe e de Tacaimbó, que juntas terão 1,1 mil vagas, têm previsão de ser inauguradas neste semestre. Ainda na fase de licitação, o Complexo Prisional de Araçoiaba deverá abrigar 2.754 criminosos nas sete unidades (cinco femininas e duas masculinas) mas só deve ser finalizado no próximo ano.

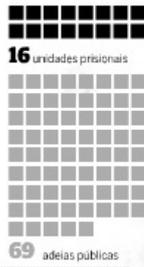
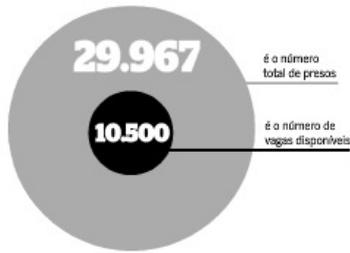
O Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, que começou a ser construído em 2009, está com as obras emperradas. A construção, em Parceria Público-Privada (PPP), foi paralisada em 2012 porque o consórcio ganhador da licitação, Advance Construções, faliu, dando um calote em empresas e fornecedores. Em janeiro de 2013, o estado anunciou

a transição da PPP para a DAG Construtora, negociação que até hoje não foi concluída.

De acordo com o procurador-geral do Estado, Thiago Norões, além das indenizações aos fornecedores, o impasse se refere a um débito com o Banco do Nordeste do Brasil, fiador do empreendimento. "Eles já pagaram os trabalhadores. Queremos evitar que o estado decreta a caducidade do contrato". Se o estado retomasse a obra, segundo ele, os fornecedores ficariam sem receber indenizações. Orçadas em R\$ 350 milhões, a obra parou com 85% concluída e passou três anos do prazo previsto para ser entregue. O complexo deve abrigar 3.126 detentos.

Unidade de Itaquitinga começou a ser construída através de parceria público-privada

Raio x do Sistema Prisional de Pernambuco



em **enciclopedia Agroindustrial São João**

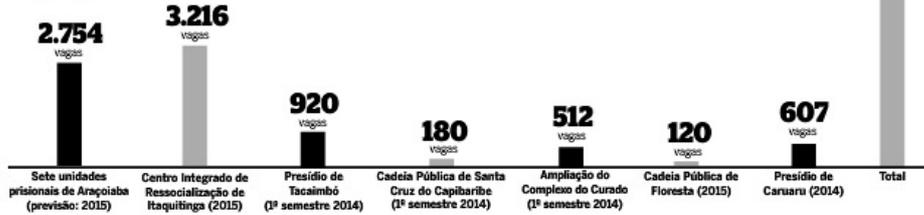


EDITORIA DE ART LIDP



Geração de vagas com a construção de novos presídios

Fonte: Secretaria Executiva de Ressocialização



ÚLTIMOS TUMULTOS E REBELIÕES NO ESTADO



12 de dezembro de 2013
Confronto entre dois grupos rivais no pavilhão P do Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, no Complexo do Curado deixou pelo menos cinco detentos feridos



26 de janeiro de 2013
Durante visita íntima no Presídio Frei Damião, no Complexo Prisional do Curado, um tumulto foi registrado, com a fuga de pelo menos 20 detentos. Apesar da troca de tiros, não houve registro de mortes

5 de maio de 2012
Briga entre detentos do pavilhão 1 do Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, no Complexo Prisional do Curado, resultou na morte de três homens. Três dias depois, um quarto detento também morreu



26 de fevereiro de 2012
Um princípio de rebelião no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, Complexo Prisional do Curado, deixou o saldo de dois detentos mortos, três feridos e um policial com ferimentos, em pleno dia de visita familiar

RAIOLIVADOPRES

ANUNCIOEALREIDOPRES

ANUNCIOEALREIDOPRES

Assunto: Direção sindical...	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 14/02/2014
Editoria: COTIDIANO	Seção:



■ **DIREÇÃO SINDICAL...** - Por determinação do juiz da 29ª Vara Cível da Capital, Alexandre Freire Pimentel, na 6ª-feira passada, a atual direção da Associação dos Cabos e Soldados foi destituída. O autor da ação é o soldado Alberrison.

■ **...É DESTITUÍDA** - Além da decisão, o magistrado também marcou uma nova eleição em 45 dias e Alberrison concorrerá ao pleito. A atual gestão faz parte de um grupo que permanece no poder há inexplicáveis 18 anos. É um absurdo.

Assunto: Polêmicas	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 14/02/2014
Editoria: IMÓVEIS	Seção: Vida em Condomínio



Polêmicas

Se alguma polêmica maior se instalar no condomínio o assunto deverá ser civilizadamente tratado em assembleia. Caso, exorbite às forças da administração do condomínio, ou qualquer uma das partes se sinta lesada, o problema, que envolve muita sensibilidade, deve ser levado ao Judiciário. Inúmeros julgados existem em todo o país tratando a matéria. Se envolver barulho, a Ação de ser ajuizada na Justiça Comum Estadual, pois, pode se fazer necessário uma perícia, o que não é permitido nos Juizados Especiais (antigos Pequenas Causas). Essas Ações na Justiça Comum só podem acontecer com ambas as partes assistidas por advogados de sua confiança.

Assunto: Ato no Palácio reúne os pré-candidatos	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 14/02/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

Ato no Palácio reúne os pré-candidatos

Bruna Serra

bserra@jc.com.br

A reinauguração do Palácio do Campos das Princesas reunirá, hoje, os cinco socialistas que desejam estar no comando da sede do governo a partir de janeiro de 2015.

O vice-governador, João Lyra Neto; o ex-deputado federal Maurício Rands; o ex-ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra Coelho e os secretários das Cidades, Danilo Cabral, e da Casa Civil, Tadeu Alencar, estarão juntos com o governador Eduardo Campos (PSB) na cerimônia que marca a reabertura do local, sede do governo de Pernambuco desde 1841.

Com o governador em Brasília para agendas políticas, a sucessão estadual durante esta semana ficou apenas no terreno das especulações, sem qualquer conversa definitiva, como foi aventado inicialmente. Além dos candidatos a candidato, os presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); o prefeito do Recife e o presidente da Assembleia Legislativa estão na lista de presenças confirmadas.

Para cumprir um rito for-

mal, o Cerimonial do governo enviou convites aos governadores do Maranhão, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Bahia, mas nenhum deles confirmou presença à solenidade, prevista para começar às 18h.

A cerimônia, para 300 convidados, será aberta com um discurso dos engenheiros responsáveis por tocar a obra, que explicarão todo o processo de restauração do espaço e em seguida o governador-presidente Eduardo Campos falará sobre a simbologia do Palácio do Campo das Princesas, de onde o seu avô - o ex-governador Miguel Arraes de Alencar - foi deposto do governo por ocasião do golpe militar de 1964.

Em seguida, um coquetel será oferecido aos convidados. Eduardo Campos fará hoje, entretanto, citações à importância do Palácio, mas o planejamento político é que ele só aborde a deposição e prisão do avô (em 1º de abril de 1964), de maneira mais enfática, quando deixar o governo para ser candidato à Presidência, evento que está programado para 3 de abril. Exatos dois dias depois da data histórica.

© Leia reportagem sobre a reforma e reabertura do Palácio no caderno Cidades

Assunto: Náutico cede empate

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 14/02/2014

Editoria: ESPORTES

Seção:

jornal do  commercio

Náutico cede empate

LACERDÃO Timbu venceu até os 47 do segundo tempo, quando Central empatou por 1x1, pelo Estadual

VIVO INTERNET BOX

4G >>

R\$ **69,90** por mês

No plano Vivo Internet Box 6GB

Consulte regulamento completo em vivo.com.br ou em todas lojas.

O Náutico parecia que ia sair com uma vitória do Lacerdão, ontem, contra o Central, na sua estreia pelo Hexagonal do Título do Campeonato Pernambucano. Mas o Timbu - que venceu até o último minuto por 1x0 e tinha um jogador a mais - sofreu o gol de empate aos 47 do segundo tempo. Para piorar, na comemoração, a torcida da Patativa se pendurou no alambrado, que cedeu um pouco e quase machucou os envolvidos. Após o término, ainda houve confronto de alguns torcedores com a Polícia Militar.

O Timbu tem 1 ponto e está na 5ª colocação do Estadual. O Central, com 1 ponto em duas partidas disputadas, é o lanterna. A próxima partida dos alvirrubros é na quarta-feira, dia 19, no Clássico das Emoções contra o Santa Cruz. Já os alvinegros visitam o Salgueiro, domingo, no Cornélio de Barros.

O primeiro tempo foi totalmente dominado pelo Náutico, que poderia ter marcado mais de um gol. Depois de ter perdido várias chances, principalmente com Hugo, o atacante desententou. Aos 37, após cruzamento de João Ananias, o jogador escorou de cabeça, abrindo o placar.

No segundo tempo, o Central voltou colocando pressão no Náutico. O time atacava forte, tentando empatar o marcador. No entanto, aos 15, o zagueiro Lúcio pisou no jogador alvirrubro João Ananias, intencionalmente.

O árbitro Gilberto Castro Júnior expulsou o atleta, diminuindo o ímpeto ofensivo alvinegro.

No mais, a partida seguiu um ritmo morno, tendo como principal lance outro ataque alvirrubro. Aos 23, Carmo na cruzou no segundo pau e Hugo apareceu. O atacante dominou errado, mas conseguiu tocar voltando para trás e Ananias perdeu uma grande chance, chutando para fora com o gol praticamente aberto. O Timbu ainda perdeu outra chance com Hugo, aos 38.

Já a Patativa pediu pênalti em um lance que a bola bateu na mão de Diego, mas não foi atendida. Ainda assim, o Central empatou aos 47. Após cobrança de falta de Danilo Pires, Danilo Lins completou para dentro no rebote.

MAIS VIOLÊNCIA

Ontem à noite, em entrevista à Rádio Jornal, o juiz do Juizado do Torcedor de Caruaru, Marupiraja Ramos, informou que um torcedor do Santa Cruz de apenas 15 anos foi agredido a pedradas, antontem, por integrantes da torcida organizada Comando Alvinegro, do Central, próximo ao estádio Lacerdão, onde o Santa enfrentou o Porto pelo Pernambucano. Segundo ele, o estado do garoto é grave. O JC tentou entrar em contato com o juiz, mas sem êxito.

O tenente-coronel Marcos Campos, também à Rádio Jornal, disse que o responsável pela agressão foi identificado e está sendo procurado pela polícia militar. "Segundo informações preliminares já pertenceu à torcida Comando Alvinegro. Estamos fazendo diligências para prender o indivíduo."

HEXAGONAL DA MORTE

Ontem, pelo hexagonal que vale permanência na Série A1, o Serra Talhada venceu o Pesqueira por 1x0.

Torpedos SMS

Envie **JNAU** para **50005** para receber notícias sobre o Náutico (Custo 0,30 + imposto por mensagem)



DISPUTA Náutico jogou melhor, mas não conseguiu estrear com vitória no Hexagonal do Título do Estadual

Campeonato Pernambucano 2014

Hexagonal do título

	PG	J	V	E	D	GP	GC	SG	AP(%)
1º) Sport	3	1	1	0	0	4	0	4	100
2º) Santa Cruz	3	2	1	0	1	4	3	1	50
3º) Porto	3	2	1	0	1	2	2	0	50
4º) Salgueiro	3	2	1	0	1	2	5	-3	50
5º) Náutico	1	1	0	1	0	1	1	0	33
6º) Central	1	2	0	1	1	3	5	-2	16

Próximos jogos

3ª rodada

Domingo, 16/2	Quarta-feira, 19/2
Salgueiro x Central	Porto x Sport
	Santa Cruz x Náutico

Ficha do jogo



Central
André Adriano (Vagner Rosa),
Lúcio, Everton e Jean Batista
(Edson D), Diego Teles, Fernando
Pires, Danilo Pires e Tales, Jonathan
Goiano (Danilo Lins) e Davinho.
Técnico: Humberto Santos.



Náutico
Alexsandro, Helder Maurílio, Flávio
(Diego), William Alves e Cássio;
Elcarlos, João Ananias, Yuri, Pedro
Carmona (Dê) e Marinho
(Roberson); Hugo. Técnico: Lisca.

Local: Estádio Luiz Lacerda, em Caruaru.
Árbitro: Gilberto Castro Júnior. **Assistentes:**
Charles Pires e Aldir Pereira. **Gols:** Hugo, aos
37 minutos do 1º tempo; Danilo Lins, aos 47
do 2º tempo. **Cartões amarelos:** Yuri e Diego
(N). **Expulsão:** Lúcio (C). **Público:** 8.139.
Renda: R\$ 63.575.

Assunto: Clínicas de tratamento de saúde mental são interditas	
Veículo: folhape.com.br	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:



Clínicas voltadas para tratamento de saúde mental são interditas em Camaragibe

De acordo com o MPPE, as casas não possuem alvarás, não são inscritas junto ao Cremepe, ferem os direitos humanos e praticam maus tratos com internos

A Associação Clínica Terapêutica Nova Aliança e a Clínica Terapêutica Vaad, localizadas em Camaragibe, Região Metropolitana do Recife, serão interditas por sete dias. De acordo com denúncias do Ministério Público do Estado (MPPE), as duas clínicas funcionavam ilegalmente, uma vez que atuavam sem os devidos alvarás da Vigilância Sanitária nem da Prefeitura de Camaragibe. Além disso, as duas também não são inscritas junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado (Cremepe). Outro apontamento feito pelo MPPE foi o de que, em ambos os estabelecimentos, ocorriam graves violações aos Direitos Humanos, incluindo maus tratos com os internos.

A Gerência de Saúde Mental do Estado de Pernambuco intervirá nos estabelecimentos durante o prazo de interdição, conforme liminar proferida pela **juíza substituta da 2ª Vara Cível da Comarca de Camaragibe, Maria do Carmo da Costa Soares**, sob pena de multas diárias de R\$ 10 mil. Segundo a decisão da juíza, há indícios de que a médica responsável técnica pelas duas clínicas não acompanhava os pacientes de forma efetiva, uma vez que apenas repassava prescrições de receitas controladas em branco, o que a levou a ter seu registro junto ao Cremepe cancelado.

Maria do Carmo destacou ainda que as infraestruturas das casas apresentam diversas irregularidades e que a falta de um plano de tratamento para os internos produzia um efeito inverso, no qual os mesmos acabavam por dar continuidade ao vício em tóxicos "sem qualquer acompanhamento profissional, social, espiritual nem indícios de reabilitação, com características próprias de cárcere privado", frisou a juíza.

O Ministério Público afirmou ainda que se reuniu com representantes das clínicas para que a situação das mesmas fossem regularizadas, mas nenhum prazo estabelecido foi cumprido, e que, além das irregularidades já constatadas, tomou conhecimento de que internações compulsórias eram realizadas sem autorização legal ou determinações médicas.

Nenhum novo paciente poderá ser internado durante o período. Após os sete dias de interdição, o interventor deverá enviar um relatório geral sobre as irregularidades encontradas nas instituições e sobre os internos à Justiça e, a partir destas observações, caberá ao Judiciário determinar o futuro das unidades.

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: G1 Pe Caruaru e Região	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO

CARUARU E REGIÃO



Comissão de Ética da Câmara começa a apurar conduta de vereadores

Reunião, que ocorrerá nesta sexta-feira (14), começará às 9h. Vereadores são suspeitos de participar de esquema de corrupção.

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Vereadores de [Caruaru](#), no Agreste de Pernambuco, se reunirá nesta sexta-feira (14) para começar a apurar a conduta dos dez vereadores envolvidos nas “Operação Ponto Final”, realizada pela Polícia Civil. O encontro será na Sala de Reuniões Vereador Wanderley Francisco, a partir das 9h. A comissão é composta pelos vereadores Ricardo Liberato (PSC), José Ailton (PDT), Marcelo Gomes (PSB), Demóstenes Veras (PROS) e Rozael do Divinópolis (PROS). Caso algum destes vereadores falte a reunião, eles serão substituídos pelos suplentes Edjailson da Caru Forró (PT do B), Edmilson do Salgado (PCdoB), Ranilson Enfermeiro (PTB), Lula Tôrres (PR) e Romildo Oscar (PTN).

Segundo a assessoria de imprensa da Câmara, “O procedimento será adotado em observância ao Regimento Interno– Art. 232 - § 6º - que determina que: O vereador que praticar ato contrário ao Decoro Parlamentar ou que afete a dignidade do mandato estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previstos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o qual também definirá as condutas puníveis”.

Ida à 4ª Vara Criminal - Na quinta-feira (6), os vereadores Neto (PMN), Jadiel Nascimento (PROS) e Val (DEM), anteriormente considerados foragidos, apresentaram-se na 4ª Vara Criminal, em Caruaru. De acordo com o advogado dos parlamentares, Saulo Amazonas, o procedimento é considerado padrão após o recebimento do habeas corpus. “Eles assinam uma documentação mostrando que estão cientes dos termos de condições da liberdade”, explica. Os vereadores Val das Rendeiras (PROS) e Evandro Silva (PMDB) receberam o prazo de até 96 horas, [a partir do momento que eles foram soltos](#), para se apresentarem.

Segundo a Polícia Civil, [os cinco parlamentares estão envolvidos em outro suposto esquema de corrupção](#). O delegado Erick Lessa, que preside as investigações, afirmou que a ação funcionou da seguinte forma: “Evandro Silva propôs a criação de uma CPI e, para isso, teria que colher assinaturas para levá-la a plenário. Com isso, ele e os vereadores Val de Cachoeira Seca e Neto teriam pago uma quantia em dinheiro para dois vereadores da situação, Val das Rendeiras e Jadiel Nascimento. A intenção era que eles assinassem o documento. Instaurada a CPI, eles iriam negociar com o Poder Executivo para que o caso fosse arquivado mediante pagamento”. Como foram colhidas apenas oito assinaturas - seis de parlamentares da oposição, e dois da situação - o caso foi arquivado. Estes e outros outros cinco parlamentares foram presos pela primeira vez no dia 18 de dezembro de 2013, na Operação Ponto Final I. Eles estariam exigindo propina à prefeitura para aprovar projetos.

Assunto: Alepe fará audiência para debater presídios	
Veículo: jconline	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Alepe fará audiência para debater presídios

Deputado Betinho Gomes convoca audiência pública para debater a paralisação da obras do Presídio de Itaquitinga, na Mata Norte

Um dia após a oposição denunciar um quadro “caótico” no sistema prisional do Estado e pressionado pela rebelião na Penitenciária Agroindustrial São João (PAI), em Itamaracá, o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Betinho Gomes (PSDB), anunciou, nessa quinta-feira, a convocação de uma audiência pública para discutir as razões da paralisação e cobrar a conclusão do Presídio de Itaquitinga, na Mata Norte. A audiência vai discutir também melhorias no sistema prisional de Pernambuco, que acumula hoje uma superpopulação.

O debate está marcado para o dia 26 deste mês, mas o deputado vai tentar antecipar a data, em razão do estado de “emergência” nas prisões do Estado. A proposta partiu da deputada Teresa Leitão (PT).

“O episódio de hoje (nessa quinta-feira), na PAI, mostra a real necessidade do governo dar uma solução ao presídio de Itaquitinga. Vamos convidar todos as partes do problema: governo, Judiciário, polícias e as empresas que deveriam ter concluído o presídio. O sistema prisional dá comprovação do seu estado de colapso”, disse Betinho.

Assunto: TJPE condena Estado a fornecer medicamento a menor portador de hiperinsulinismo	
Veículo: jconline	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

TJPE condena Estado a fornecer medicamento a menor portador de hiperinsulinismo

Caso o remédio não seja fornecido, o governo terá que pagar uma multa diária de R\$ 200

O governo pernambucano será obrigado a fornecer medicamento a menor portador de hipersulinismo congênito. A decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi publicada na manhã da última quarta-feira (12) e começa a valer nesta sexta-feira (14). Caso não conceda o Diazóxido, remédio que combate a doença, o Estado terá que pagar uma multa de R\$ 200 por dia. O Estado pode recorrer da decisão.

O medicamento é essencial para o tratamento da doença. A mãe do menor, Junecir Gomes da Silva, relatou que o fornecimento do remédio é de necessidade urgente, pois o agravamento do problema de saúde está comprometendo o funcionamento do organismo do filho.

O hiperinsulinismo, também chamado de hiperinsulinemismo, é o excesso de produção de insulina pelo pâncreas. A insulina serve para transportar para as células a glicose formada pela quebra dos açúcares e carboidratos contidos nos alimentos. O hiperinsulinismo congênito é a causa mais comum de hipoglicemia persistente na infância, que compromete o funcionamento do organismo, podendo causar sequelas neurológicas.

A decisão foi tomada pelo desembargador, Erick Simões. Ele destacou a responsabilidade do governo em fornecer o medicamento. "os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, tem o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade".

Assunto: Reabertura do Palácio do Governo	
Veículo: jconline	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Reabertura do Palácio reunirá Eduardo e pré-candidatos do PSB

Ato festivo, após a reforma na sede histórica do governo de Pernambuco, está previsto para começar às 18h desta sexta-feira (14)



Palácio do Campo das Princesas será reaberto após longa reforma em sua estrutura

A reinauguração do Palácio do Campos das Princesas reunirá, nesta sexta-feira (14), os cinco socialistas que desejam estar no comando da sede do governo a partir de janeiro de 2015. O vice-governador, João Lyra Neto; o ex-deputado federal Maurício Rands; o ex-ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra Coelho e os secretários das Cidades, Danilo Cabral, e da Casa Civil, Tadeu Alencar, estarão juntos com o governador Eduardo Campos (PSB) na cerimônia que marca a reabertura do local, sede do governo de Pernambuco desde 1841.

Com o governador em Brasília para agendas políticas, a sucessão estadual durante esta semana ficou apenas no terreno das especulações, sem qualquer conversa definitiva, como foi aventado inicialmente. Além dos candidatos a candidato, os presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), **do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**; o prefeito do Recife e o presidente da Assembleia Legislativa estão na lista de presenças confirmadas.

Para cumprir um rito formal, o Cerimonial do governo enviou convites aos governadores do Maranhão, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Bahia, mas nenhum deles confirmou presença à solenidade, prevista para começar às 18h. A cerimônia, para 300 convidados, será aberta com um discurso dos engenheiros responsáveis por tocar a obra, que explicarão todo o processo de restauração do espaço e em seguida o

governador-presidenciável Eduardo Campos falará sobre a simbologia do Palácio do Campo das Princesas, de onde o seu avô - o ex-governador Miguel Arraes de Alencar - foi deposto do governo por ocasião do golpe militar de 1964.

Em seguida, um coquetel será oferecido aos convidados. Eduardo Campos fará hoje, entretanto, citações à importância do Palácio, mas o planejamento político é que ele só aborde a deposição e prisão do avô (em 1º de abril de 1964), de maneira mais enfática, quando deixar o governo para ser candidato à Presidência, evento que está programado para 3 de abril. Exatos dois dias depois da data histórica.

Assunto: 1º grau de jurisdição será prioridade em tribunal pernambucano	
Veículo: CNJ	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

1º grau de jurisdição será prioridade em tribunal pernambucano

Considerado a porta de entrada da Justiça, onde tramitam 98% dos processos do acervo do Judiciário pernambucano, o 1º grau de jurisdição foi escolhido como prioridade da nova gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A decisão está de acordo com orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre as propostas apresentadas pelo presidente Frederico Neves para reduzir o congestionamento e combater a morosidade nas varas e juizados está a realocação de força de trabalho de acordo com a proporcionalidade na distribuição, a ampliação do horário de atendimento ao público para dois turnos ininterruptos, a inserção de uma Coordenadoria Executiva de Apoio e Monitoramento da Prestação Jurisdicional, o preenchimento dos cargos vagos de juiz e a construção de novos fóruns.

“Em razão das conhecidas limitações orçamentárias, escolhas haverá que ser feitas. Nada menos do que 98% dos processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário estadual estão a tramitar nas Varas e nos Juizados. Assim, o 1º grau de jurisdição será distinguido. Essa prioridade gerencial deve ser refletida em posturas e ações concretas”, ressaltou. O novo presidente destacou que hoje, na prática, as unidades judiciais do 1º grau funcionam em um único expediente. “Com ações inovadoras, quebrando dogmas e paradigmas, serão empenhados esforços no sentido de assegurar o gradual funcionamento das unidades jurisdicionais em dois turnos ininterruptos, garantindo o atendimento ao público das 7h às 19h, a começar pelas varas cíveis da capital, que têm apresentado evolução exponencial na distribuição”, explicou Frederico Neves. A média mensal de 57 ações distribuídas em cada vara cível, no ano de 2011, evoluiu para 75 em 2012, chegando a 106 em 2013. O estoque médio aguardando julgamento em cada vara cível da capital é da ordem de cinco mil processos. “Esse assombroso quadro impõe pensar diferente, fazer diferente e inovar sem devaneios”, afirmou.

Outra iniciativa apresentada por Frederico Neves foi a implantação de um sistema informatizado de monitoramento e a inserção de uma Coordenadoria Executiva de Apoio e Monitoramento da Prestação Jurisdicional, na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça. O objetivo é auxiliar as unidades judiciais na elaboração e implantação de planos de ação e monitorar a taxa de congestionamento do Judiciário pernambucano e o cumprimento das metas nacionais.

Concurso de juiz - Hoje, existem 208 cargos vagos de juiz no estado – número que representa um terço do quadro – com alguns magistrados sendo obrigados a atuar em regime de acumulação em três e até quatro comarcas. “A conclusão a que chego é a de que se deve, antes mesmo de encerrar o certame em curso, deflagrar novo processo de recrutamento e de seleção, que se submete, por natureza, a longas etapas, isso acontecendo até que cada comarca tenha o seu juiz”, disse Frederico Neves. Segundo o

presidente, o Judiciário tem enfrentado sérias dificuldades no recrutamento de magistrados, pois sobram candidatos, mas não se consegue preencher as vagas por falta de habilidades técnicas necessárias ao cargo e de pessoas com o perfil adequado à função. Além disso, os subsídios pagos também não oferecem tantos atrativos.

A continuidade aos trabalhos de infraestrutura dos fóruns situados no interior do estado foi outra medida anunciada pelo presidente do TJPE. Na última década, foram construídos 18 novos fóruns no estado. “No próximo biênio, serão iniciadas novas construções voltadas ao abrigo das unidades jurisdicionais do 1º grau. Parece-me oportuno um planejamento de longo prazo, a orientar os investimentos, com aprovação do Tribunal de Justiça”, explicou.

Política de gestão – As execuções fiscais representam 62% de todo o acervo do 1º Grau do estado, tendo grande influência na taxa de 72% de congestionamento do Judiciário pernambucano. Assim, o desembargador Frederico Neves quer construir uma política de gestão que aperfeiçoe o modelo tradicional. Entre as propostas, está a alocação diferenciada de servidores nas unidades judiciais que cuidam desses processos. Nas Varas de Execução Fiscal Municipal da capital, a relação é de 27 mil processos por servidor, enquanto na Bahia é de 3 mil; no Distrito Federal, é de 6 mil; e em Santa Catarina, de 4 mil. O objetivo é que, ao fim do biênio, sejam alcançados patamares razoáveis da recuperação do crédito público através dessas unidades.

Assunto: Estado é condenado a fornecer medicamento a portador de hiperinsulinismo congênito	
Veículo: FolhaPE	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:



Estado é condenado a fornecer medicamento a portador de hiperinsulinismo congênito

Com a decisão, fica obrigado que paciente receba, no prazo de 48h, a medicação Diazóxido

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Erik Simões, através de decisão terminativa, concedeu medicamento considerado essencial para o tratamento de uma criança portadora de hiperinsulinismo congênito. Com a decisão, o Estado fica obrigado, no prazo de 48h, a fornecer ao paciente a medicação Diazóxido, conforme indicação médica, sob multa diária de R\$ 200. A decisão foi publicada na edição do Diário de Justiça Eletrônico (DJE) da última quarta-feira (12). O Estado pode recorrer da decisão.

No processo, a criança é representada pela mãe, Jucenir Gomes da Silva. Nos autos, a mulher alega a necessidade urgente do fornecimento da medicação em virtude do agravamento do problema de saúde do filho e o comprometimento do funcionamento do seu organismo. O hiperinsulinismo ou hiperinsulinemismo é o excesso de produção de insulina pelo pâncreas. A insulina serve para transportar para as células a glicose formada pela quebra dos açúcares e carboidratos contidos nos alimentos. O hiperinsulinismo congênito é a causa mais comum de hipoglicemia persistente na infância, que compromete o funcionamento do organismo.

Em sua decisão, o desembargador destacou a responsabilidade do Estado em fornecer o medicamento, citando o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que diz: "A saúde é direito do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

O magistrado também ressaltou em sua decisão que o posicionamento adotado pelo TJPE está respaldado no entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça. Segundo a jurisprudência consolidada descrita nos autos, "os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, tem o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade". Para consulta processual: 1º Grau- NPU- 2257-79.2013.8.17.1590; 2º Grau- NPU- 0000437-08.2014.8.17.0000

Assunto: TJPE determina que Estado ofereça medicamento à criança com hiperinsulinismo	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:



TJPE determina que Estado forneça medicamento a criança com hiperinsulinismo



O Governo de Pernambuco tem até esta sexta-feira (14) para conceder o medicamento Diazóxido a um menor portador de hiperinsulinismo congênito. A decisão foi tomada pelo desembargador Erik Simões e publicada no Diário de Justiça Eletrônico da última quarta-feira (12). De acordo com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), caso a medicação não seja entregue ao paciente de acordo com a indicação médica, o Governo do Estado terá de pagar uma multa diária de R\$ 200.

Com a decisão, o desembargador considerou como urgente a necessidade da criança em receber o medicamento, diante do agravamento do problema de saúde. O hiperinsulinismo é o excesso de produção de insulina pelo pâncreas. Como o hormônio é responsável pelo envio de açúcar para as células, a doença causa uma hipoglicemia persistente, que compromete o funcionamento do organismo.

A decisão foi embasada no artigo 196 da Constituição Federal, que garante o direito à Saúde, e no entendimento aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela pode permitir que outros casos da mesma doença também solicitem a medicação por meio de ação judicial. O Estado ainda pode recorrer.

Em novembro do ano passado, um bebê de um ano faleceu após passar dias sem receber do Estado um medicamento determinado pela Justiça para tratamento de uma trombofilia. Na época, o secretário estadual de Saúde, Antônio Figueira, disse não ver relação entre a interrupção no fornecimento do remédio e a piora no quadro de saúde do menino.

Assunto: Reabertura do Palácio reúne pré-candidatos	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 14/02/2014
Editoria:	Seção:



Reabertura do Palácio reúne pré-candidatos do PSB

A reinauguração do Palácio do Campos das Princesas reunirá, nesta sexta-feira (14), os cinco socialistas que desejam estar no comando da sede do governo a partir de janeiro de 2015.

O vice-governador, João Lyra Neto; o ex-deputado federal Maurício Rands; o ex-ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra Coelho e os secretários das Cidades, Danilo Cabral, e da Casa Civil, Tadeu Alencar, estarão juntos com o governador Eduardo Campos (PSB) na cerimônia que marca a reabertura do local, sede do governo de Pernambuco desde 1841.

Com o governador em Brasília para agendas políticas, a sucessão estadual durante esta semana ficou apenas no terreno das especulações, sem qualquer conversa definitiva, como foi aventado inicialmente. Além dos candidatos a candidato, os presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), do **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**; o prefeito do Recife e o presidente da Assembleia Legislativa estão na lista de presenças confirmadas.

Para cumprir um rito formal, o Cerimonial do governo enviou convites aos governadores do Maranhão, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Bahia, mas nenhum deles confirmou presença à solenidade, prevista para começar às 18h.

A cerimônia, para 300 convidados, será aberta com um discurso dos engenheiros responsáveis por tocar a obra, que explicarão todo o processo de restauração do espaço e em seguida o governador-presidenciável Eduardo Campos falará sobre a simbologia do Palácio do Campo das Princesas, de onde o seu avô – o ex-governador Miguel Arraes de Alencar – foi deposto do governo por ocasião do golpe militar de 1964.

Em seguida, um coquetel será oferecido aos convidados. Eduardo Campos fará hoje, entretanto, citações à importância do Palácio, mas o planejamento político é que ele só aborde a deposição e prisão do avô (em 1º de abril de 1964), de maneira mais enfática, quando deixar o governo para ser candidato à Presidência, evento que está programado para 3 de abril. Exatos dois dias depois da data histórica.